

X Encontro Científico de Relações Internacionais
Encontro Científico
“Construindo pontes em tempos de muros”



**A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA A CONSTITUIÇÃO
E CONSOLIDAÇÃO DO BANCO DOS BRICS**

**BRAZILIAN FOREIGN POLICY FOR CONSTITUTION AND
CONSOLIDATION OF THE BRICS BANK**

Kívia Vilarim Pereira dos Santos¹

RESUMO: O presente artigo se propõe a apresentar a atuação do Brasil no processo de constituição do Banco dos BRICS, New Development Bank, através do multilateralismo e a cooperação Sul-Sul. A construção do BRICS não se configura somente como uma aliança geopolítica e nem uma organização internacional, pode ser descrita, então, como um foro político-diplomático que tem como base o alinhamento e a cooperação entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. O Banco dos BRICS, NBD, instituiu-se através de uma iniciativa comum entre os países membros, com o objetivo de tornar mais pragmáticos os encaminhamentos da cooperação no âmbito do grupo. Através da análise dos documentos oficiais de sua fundação, registro de investimentos e do perfil da elite burocrática do NBD, pretende-se avaliar o comportamento da instituição junto aos projetos de desenvolvimento financiados e seus reflexos na política externa brasileira.

PALAVRAS-CHAVES: BRICS. Cooperação Sul-Sul. PEB.

ABSTRACT: This article proposes to present the Brazilian performance in the process of establishing the BRICS Bank, New Development Bank, through multilateralism and South-South cooperation. The construction of the BRICS is not only a geopolitical alliance or an international organization, but can be described as a political-diplomatic forum based on alignment and cooperation between Brazil, Russia, India, China and South Africa. The Bank of BRICS, NBD, was established through a joint initiative among the member countries, with the aim of making the referrals of cooperation within the group more pragmatic. Through the analysis of the official documents of its foundation, registration of investments and the profile of the bureaucratic elite of the NBD, it is intended to evaluate the behavior of the institution next to the financed development projects and its reflexes in the Brazilian foreign policy.

KEYWORDS: BRICS. South-South cooperation. BFP.

1 INTRODUÇÃO

A criação dos BRICS como iniciativa geopolítica, social e econômica, se mostra, além de outros diversos aspectos que apresenta e que mais adiante serão comentados, como um descompasso na ordem estando inserida em um sistema internacional dominado pela figura dos Estados Unidos da América, o *hegemon* do período pós-guerra fria. De acordo com Hurrell “não surpreende que o comportamento (potencial ou real) de importantes países de segunda ordem seja objeto de interesse” (2009, p. 9).

Os países originários do grupo BRICs: Brasil, Rússia, Índia e China começaram a ganhar relevância no cenário econômico internacional a partir de um estudo publicado pelo economista britânico especializado em mercados de câmbio Jim O’Neill, no ano de 2001, enquanto economista sócio do renomado grupo financeiro multinacional *Goldman Sachs*, em meio a consequências de uma crise econômica na Ásia (que levou as moedas daquela região a um colapso financeiro e que acabou sendo controlada por um movimento chinês através do exercício de uma pressão direta nas decisões financeiras governamentais de Bill Clinton), uma política econômica mundial que se restringia à moldura de um pequeno grupo de pessoas que comandava o “G-7” (bem como a necessidade de uma reforma em sua estrutura e composição) e a necessidade de se adaptar a uma globalização pujante, fizeram com que, em 2001, O’Neill voltasse os olhos para os BRICs, observando “que todos eles estavam cada vez mais dispostos a se engajar no cenário global” (2012, p. 29)

Seu estudo, envolvendo fatores estritamente econômicos, buscava estabelecer conexões entre estes países, tão distantes entre si (em uma perspectiva geográfica), mas com visões compartilhadas de mudança e/ou inserção na política dos *players* globais. O autor explica o acrônimo:

Cheguei, então, ao ponto de criar um grupo econômico e percebi, que, se pegasse as letras iniciais dos nomes de cada uma dessas nações, poderia criar um acrônimo que fosse apropriado para esses quatro BRICs que tinham uma população total de 2.8 bilhões de pessoas fazendo deles os novos bricks (tijolos, em inglês) com as quais a economia moderna seria edificada. (2012, p. 32)

O termo se popularizou após 2003 e a aproximação entre os países só ocorreu depois de 2008, com a crise imobiliária que aconteceu nos Estados Unidos da América e afetou o mundo.

A crise demonstrou que as grandes hegemonias e que economias desenvolvidas estavam

sujeitas a desequilíbrios e são dependentes dos países em desenvolvimento. Com as repercussões, notou-se que acordos multilaterais poderiam beneficiar em uma escala maior os países em desenvolvimento. Com a entrada da África do Sul, em 2010, para representação desse continente colocou os BRICS como os maiores representantes do interesse dos países subdesenvolvidos, causando uma modificação na hierarquia em relação a governança financeira global e o impacto desses países sobre.

De acordo com Ramanzini Jr (2010) a diplomacia brasileira, durante o período de governo Lula, adotou diversas estratégias para as diferentes temáticas, contudo o Brasil tem sua política externa caracterizada com a noção de institucionalismo pragmático, ou seja, varia conforme a arena de negociação e suas configurações de poder; também a procura por projetar o Brasil como um ator importante no cenário do Sistema Internacional e com a retomada das discussões sobre os parâmetros de legitimidade internacional modificar as estruturas que consolidam as hierarquias do sistema.

2 CRIAÇÃO DA ALIANÇA - ASPECTOS HISTÓRICO

Para compreender a criação do grupo, indo para além dos processos de institucionalização, é necessário entender a integração dos cinco países componentes como fenômenos complexos frutos de uma insatisfação, em maior ou menor grau, com a ordem mundial vigente, já que as economias emergentes/secundárias não se envolviam nos processos de “primeiro mundo” de formas mais complexas e relevantes, em sua maioria apenas servindo como fornecedoras de matérias-primas ou mão-de-obra barata. Dadas as proporções, todos os Estados expressavam desejo de aumentar suas capacidades e inserção a nível mundial de transação comercial, e o BRICS se mostrou como uma alternativa “alcançável” para a realização deste. Como comentado anteriormente, uma série de crises econômicas ao redor do globo fez com que o avanço dos países emergentes pudesse se tornar uma pauta relevante para a continuidade das relações econômicas internacionais, disponibilizando uma abertura, no início do ano de 2000, que possibilitou a países como o Brasil, Índia, China e África do Sul, além do México, a oportunidade de passar, gradualmente, a serem convidados como observadores do G8 (mantendo o conceito de G8+5), mas sem a possibilidade de participação nos debates sobre os rumos da economia mundial tal como ocorria entre os países do G8. Seguindo a ordem sequencial das letras que formam o acrônimo BRICS, a inserção de cada país no grupo será

exposta.

O Brasil, descrito por O'Neill como “o mais popular dos BRICS no que diz respeito ao investimento estrangeiro direto” (2012, p. 57), tomou um papel ainda mais significativo de cooperação internacional na última década na intenção de alcançar um protagonismo ativo como *player* global e maior país da América Latina. Segundo Almeida (2010), a administração Lula realizou um trabalho ativo lançando diversas iniciativas governamentais de política externa como priorizar a integração regional na América do Sul e o reforço ao MERCOSUL, por exemplo. Muito desta política, no entanto, foi construída como continuidade do governo anterior, de Fernando Henrique Cardoso, e possibilitada pelo controle da inflação e a melhora da saúde fiscal da política econômica no final do ano de 1999. O Governo nacional passou, portanto, a focar nas relações exteriores, criando desdobramentos e pastas estatais de coordenação com foco em temas como a exportação agrícola. Há também o financiamento de iniciativas públicas e privadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES).

A Rússia, por sua vez, passou por extremas modificações desde o colapso e a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), enfrentando crises que enfraqueceram o território como um todo e em diversos aspectos. No período posterior à Guerra Fria, tornou-se um país capaz de projetar maior peso e poder internacionalmente, mas que, segundo Almeida (2010), está demasiadamente absorpta em questões de “pequena geopolítica” para se mostrar realmente como uma ameaça ao sistema internacional, priorizando, em âmbito regional, “restaurar a influência russa sobre os antigos territórios soviéticos - ou, ao menos, impedir a intromissão das potências estrangeiras nesse espaço, limitar o crescimento de sua influência, e controlar as tendências que possam produzir repercussões negativas”, de acordo com MacFarlane (2011, p. 98). Possui recursos e bens naturais, mas tem “uma população declinante e condições de governança ainda deficientes”, segundo o mesmo autor. O'Neill declara que

É um país que muitos acham que não deveria fazer parte dos BRICs. [...] Mas o argumento se baseia na demografia desfavorável da Rússia, sua excessiva dependência da energia e das matérias-primas e seu histórico ruim quanto à governança e à estrutura jurídica, o que talvez fizessem com que ela não fosse um país digno das vantagens de seu *status* com um dos BRICs. (2012, p. 67)

Embora seu engajamento esteja concentrado nos antigos países que outrora compuseram a União Soviética, a Rússia declarou fomentar as relações com a África como uma meta prioritária e lançou iniciativas em conjunto com o Fórum Empresarial Russo-Africano, que foi criado em 2011.

Mais recentemente, porém, com as sanções econômicas do ocidente, a questão da anexação da Crimeia e o conflito no leste da Ucrânia, assim como a queda nos preços do petróleo e do gás (grandes potenciais econômicos do país), a Rússia passou por novas pressões que podem restringir seu fluxo de oferta de cooperação como financiadora do desenvolvimento.

A Índia, possuidora da demografia mais favorável do mundo, de acordo com O'Neill (2012, p. 82), pode, e se aproveita de aspectos como seu sistema político e jurídico, não ter enfrentado grandes crises econômicas nos últimos anos, rápida urbanização de seu território e centros, ser um país majoritariamente falante do idioma inglês e ter companhias tecnológicas nacionais se expandindo exponencialmente ao longo dos anos, apesar de enfrentar sérios problemas no quadro socioeconômico, com pobreza e falhas na distribuição de renda, além das dificuldades sociais estabelecidas pela existência das castas (o que estabelece problemas entre as vontades da elite e as castas menos abastadas ou pobres), que agem como um viés protecionista, conservador e por vezes resistente a iniciativas internacionais, como o autor justifica em “Entre a elite indiana, frequentemente vejo um ressentimento com as práticas ocidentais se desenvolvendo entre elas. Alguns deles simplesmente não querem essa enorme mudança.” (2012, p. 83). A Índia ainda apresenta dificuldades de investimento, com grande parte de culpa na lentidão e burocracia de processos dentro das instâncias governamentais, mas ainda assim se mostra com enorme potencial econômico para receber investimentos, realizar melhorias infra estruturais e em áreas sociais como saúde/educação e elevar ainda mais sua potência a um nível global ativo e de protagonismo comercial. O interesse da Índia no grupo se dá, principalmente, pelo caráter “informal” da instituição, que garante que o país desenvolva sua própria agenda global com custos políticos mínimos na intenção de crescer e se manter como importante *player* global.

A China, tendo consolidado firmemente a sua economia no período pós-crise de 2008, além de ter se tornado o maior fornecedor de financiamento para o desenvolvimento, com uma variedade de instituições - principalmente o Banco Popular da China, Banco de Desenvolvimento da China e do Banco de Exportação e Importação da China, que fornece linhas de crédito para todo o mundo, conseguiu se colocar como “ameaça” global aos gigantes da economia, e a chave desta mudança, segundo O'Neill tem sido a numerosa e economicamente ativa população. “Milhões de pessoas se mudaram para as cidades, ajudando e se beneficiando do grande *boom* da China como um fabricante mundial. Como já sabemos, no entanto, em 2008 o mundo já não podia mais lidar com esse *status*

quo.” (2012, p. 95) Apesar de todos esses fatores, um dos maiores medos em relação à economia chinesa, por mais contraditório que seja, é a ansiedade construída quanto ao governo comunista e suas pautas primárias a nível doméstico e internacional enfrentando problemáticas históricas que envolvem crescimento político e social sustentáveis para suprir suas demandas internas.

Por último, a África do Sul, último dos países a ser incluído no grupo e no acrônimo, passou a fazer parte dos BRICs na Cúpula de Sanya em Hainan, na China. Segundo Mantovani (2017, p. 6) “A partir de então, os BRICS, passaram a ter uma maior atuação e importância no continente africano, consolidando-se e diversificando-se cada vez mais como uma forte entidade diplomática no cenário internacional.”, através da intensificação das ações do grupo na busca de ações e acordos mais efetivos entre os membros. O’Neill, por sua vez, se mostrou contra a inclusão da África do Sul, pois, segundo ele, um país deveria representar de 3% a 5% do PIB mundial e ter uma população numerosa, aspectos que a África do Sul não possui. Embora o país seja, definitivamente, a menor das economias no BRICS, desde o fim do Apartheid, o desenvolvimento do país em relação à cooperação aumentou muito já que se tornou o maior provedor africano de cooperação de todo o continente, se engajando de forma crescente também em projetos de agricultura e infraestrutura, como parte do esforço mais abrangente de impulsionar a integração comercial e econômica da região, expandindo deste modo o mercado para os serviços e manufaturas de todo o país para o continente.

Por fim, a crise financeira de 2008 se tornou um marco na percepção do papel dos países emergentes na governança financeira global, ou na mudança que deveria surgir nela. No período pós-crise, estes mesmos mercados emergentes começaram a ser considerados atores importantes a curto ou longo prazo, especialmente os BRICS, para que a estabilidade econômica pudesse ser alcançada no sistema financeiro internacional. Os BRICS foram considerados países que estavam se desenvolvendo, recebendo/realizando investimentos, movimentando a economia e concedendo crédito e financiamento ao projeto de desenvolvimento, enquanto os países centrais ou de maior protagonismo histórico ainda tentavam se recuperar da crise.

Dentro do grupo, a influência que cada país exerce na determinação da agenda que deve ser seguida é assimétrica, principalmente no que diz respeito à governança de cada um e o respeito à soberania. Agindo especificamente nas demandas externadas em relação a uma voz maior e o fim da condicionalidade burocrática de organizações tradicionais, a proposta do Novo Banco de

Desenvolvimento (NDB) e a Reserva Contingente de Acordo (CRA), a assimetria e as premissas de horizontalidade se empenham em determinar qual país tem mais potencial de se beneficiar deles. Apesar da retórica de que nenhum Estado membro tem mais influência dentro do grupo, ainda existem relações assimétricas que determinam se um país tem mais influência sobre a agenda, levando à possíveis vantagens dentro das possibilidades de ação encontradas.

2.1 NOVA ORDEM INTERNACIONAL E O *NEW DEVELOPMENT BANK*

O conceito de globalização, definido por Hurrell (2011, p. 18) como o estabelecimento de “redes cada vez mais densas de trocas e comunicação transnacional” acabam por gerar uma demanda crescente por instituições internacionais e formas diversas de governança que atendam às necessidades dos diferentes membros do sistema internacional, dadas as suas situações específicas e “dilemas cada vez mais complexos de ação coletiva que surgem no mundo globalizado” (2011, p.19). O que pode significar, em menor ou maior grau, a manutenção de benefícios dados a países “relevantes” neste cenário.

As instituições internacionais podem desempenhar um papel relevante na difusão e/ou quebra desses padrões, auxiliando os atores mais fracos a alcançar patamares que seriam mais dificilmente alcançados se estivessem “à mercê” de sua própria ação dentro do sistema, reassegurando estes mesmos países mais fracos e também suas alianças e vizinhos regionais para que possam também construir novas coalizões de poder que se empenhem a modificar e garantir normas que atendam também aos seus interesses, em contrabalanço aos mais poderosos. Há de se pensar que o poder, mesmo dentro de um sistema tão complexo e instável, ainda figura como discussão relevante “porque, mesmo no contexto de contínua reforma liberal em uma economia global predominantemente de mercado, o espaço para conflitos de interesse e de valores permanece muito grande” (Hurrell, 2011, p. 40).

Desse modo, os BRICS representam uma coalizão solta de países, conforme a complexidade do vínculo regional-global construído e que leve em consideração suas posições geopolíticas, econômicas e sociais, com um objetivo em comum: a mudança da nova ordem global, ou seja, a realização de uma reforma nos atores que atuam nas estruturas de poder e de economia. Esta coalizão busca ser condizente com os princípios dos cinco países na política econômica global, com o novo grau embutido nesta instituição e com a formação de uma plataforma normativa,

regulamentada e com maior nível institucional, além de prezar por instituições mais democráticas e também representativas dentro da nova ordem mundial emergente atualmente, onde países como os do grupo se esforçam para desempenhar um papel mais afirmado e relevante. Segundo Shelepov (2017, p. 11), o estabelecimento de iniciativas de desenvolvimento multilateral como o próprio NDB se estruturam como uma resposta direta à crescente demanda por financiamento de projetos infra estruturais em países “emergentes”, além da necessidade de um uso eficiente das reservas acumuladas em cada um.

O grupo se estruturou sob princípios de horizontalidade, benefício mútuo, solidariedade e não-condicionalidade, além da ideia de que a criação dos *Multilateral Development Banks* (MDB's, Bancos de Desenvolvimento Multilateral) seria impulsionada pela demanda internacional por bancos de cooperação multilateral entre países fora do eixo “dominante” das relações. Os autores Ramos, Garcia, Pautasso e Rodrigues descrevem sobre a institucionalização do grupo:

A partir do início dos anos 2000, Brasil, Índia, China e África do Sul, além do México, passam gradualmente a serem convidados como observadores do G8 (a ideia de G8+5), sem contudo participar dos debates sobre os rumos da economia mundial. Paralelamente, em 2003, é criado o fórum IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) e, em 2006, ocorre a primeira reunião dos ministros de relações exteriores de Brasil, Rússia, Índia e China. Assim, a história do BRICS tem sido marcada por um aprofundamento do grau de institucionalização do arranjo, desde a I Cúpula do BRIC, em junho de 2009, em Ecaterimburgo, Rússia. (2018, p. 9)

A provisão desse formato de cooperação sul-sul acaba, portanto, se tornando uma das maneiras de facilitar a criação e manutenção de vínculos econômicos, políticos e de defesa, bilateralmente, facilitando objetivos multilaterais e gerais que vão depender dos interesses externados entre os envolvidos. Os BRICS também se lançam como base de respeito às crescentes Organizações Internacionais que se formam dentro do sistema, visto que o poder das OI's depende, em grande parte, do grau de institucionalização que pode ser descrito como as regras e normas definidas no desenvolvimento destas, envolvendo diretamente a tomada de decisões que definem as expectativas, objetivos e comportamentos dos Estados envolvidos.

A crise de 2008 demonstrou que até mesmo as grandes hegemonias e economias dominantes estavam sujeitas a desequilíbrios e instabilidades que viessem a atingir as relações, e que também são dependentes dos países em desenvolvimento, abrindo espaço para a ascensão dos mercados emergentes de crescimento exponencial no período pós-crise. Apesar disso, é necessário lembrar que as influências exercidas por cada envolvido no acordo se diferenciam baseando-se entre os

benefícios e malefícios da tomada de decisão, iniciada entre países que compartilham interesses comuns, mas que também divergem entre interesses. No pós-crise, por sua vez, os BRICS reforçaram a pressão por demandas referentes à reforma das cotas de voto no FMI e no Banco Mundial, e reforçar a inquietação destes países em relação às condicionalidades impostas ambas as instituições para acesso de crédito. Em 2010, a maioria dos países do BRICS teve suas cotas de voto aumentadas, enquanto os EUA e os estados europeus enfrentaram uma diminuição. Ainda há uma lacuna importante entre o poder de voto dos EUA e dos BRICS no tradicional sistema multilateral de instituições.

Apesar do compromisso dos BRICS com as instituições tradicionais nas quais sua influência é limitada pela estrutura de poder inaugurada após conflitos mundiais como a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria, há um trabalho (não apenas dos membros do grupo, mas países emergentes em geral) sendo realizado para a manutenção e consolidação de suas próprias instituições complementares e alternativas ao cenário atual de desbalanceamento entre as posições de poder ocupadas por hegemonias que também acabam por “ditar as regras do jogo” sem levar outras questões em consideração. A formação de alianças de configuração econômica e política poderia auxiliar não apenas no fortalecimento das relações entre os países membros da rede, mas também estaria agindo diretamente na formação de liderança destes mesmos países ao assumir a resolução de problemas entre si e na própria instituição. É justamente pela forte crença na institucionalização como um nível mais sério e consolidado das organizações internacionais, que o projeto do Novo Banco de Desenvolvimento e o Contrato de Reserva são instrumentos propostos pela delegação da Índia, em 2012 na 4ª reunião dos BRICS em Nova Déli. Ambas as instituições começaram a funcionar em 2015.

O objetivo principal do *New Development Bank* é complementar o papel do Banco Mundial, emitindo empréstimos para promover o investimento para o sustento desenvolvimento econômico nos BRICS e outros países em desenvolvimento. Seu foco é um investimento em infraestrutura (infraestrutura é essencial para a eficiência econômica, dinamismo e crescimento econômico, e representa uma das problemáticas comuns a todos os membros) e o desenvolvimento de tecnologia verdes. Estima-se que o Banco Mundial não tem recursos para atender a demanda de todo os países em desenvolvimento, enquanto o NDB promete atuar de maneira mais rápida e eficiente sem sacrificar a qualidade, diferentemente das organizações tradicionais, onde o acesso a empréstimos

pode ser um processo longo e burocrático, se tornando mais dificultoso de ser alcançado por economias emergentes.

A aspiração do banco é incluir membros de todos os continentes, mais os países desenvolvidos, embora empréstimos não possam ser concedidos a estes. A contribuição é dividida igualmente entre os membros, sendo que 20% do montante total que implicaria em igual participação para votar e as decisões são tomadas por maioria simples. Outra possível questão futura de contenção poderia ser a equilíbrio entre os diferentes interesses dos BRICS em relação às áreas que deveriam ser Banco.

O *Contingent Reserve Arrangement* (CRA), por sua vez, tem o propósito de proteger os países do BRICS das instabilidades monetárias internacionais, em uma função complementar ao FMI, porém apenas para os BRICS. Cada país do grupo contribui para o fundo de acordo com suas capacidades econômicas, prevendo assim diferentes níveis de influência. Tanto o NDB quanto o CRA são instituições recentes, e seu impacto não pode ser totalmente medido ainda. Porém ambas as instituições afirmam não impor condicionalidades no sentido de recomendações de política em troca de crédito. Essa é uma diferença importante em relação às instituições tradicionais. Nesse sentido, elas podem impactar a maneira como o crédito é disponibilizado para o desenvolvimento, mudando práticas estabelecidas há muito tempo. É importante notar que o Brasil é contra a completa falta de padrões sociais e ambientais como pré-requisito para o acesso ao crédito, e acredita que a ausência total de tais padrões nas instituições do BRICS seria uma regressão em relação às instituições tradicionais.

Outra consequência possível de tais instituições é que elas permitem uma internacionalização das moedas nacionais dos BRICS. No entanto, existe uma série de outras instituições financeiras e mecanismos sendo avaliados no sentido de determinar a sua viabilidade. Na última cúpula em Xiamen, em setembro de 2017, foi acordado que os BRICS estabelecer o seu próprio fundo de obrigações em moeda local, e houve também propostas para um sistema multilateral de pagamentos.

3 CONCLUSÕES

A iniciativa “anti-hegemônica” da criação do grupo se pautou na institucionalização do organismo como ferramenta de crescimento e desenvolvimento sustentável entre os membros, além

das oportunidades de concessão de linhas de crédito para incentivo a projetos de investimentos dentro de cada país membro, em áreas diversas e de acordo com a necessidade estrutural de cada um. O NDB, como banco de escopo global e parte majoritariamente influente da iniciativa dos BRICS, configura-se como agência multilateral de políticas operacionais, principalmente no que concerne às demandas internacionais de financiamento e colaboração alternativa à dominação ocidental das instituições financeiras.

As oportunidades relacionadas à institucionalização do banco, bem como suas consequências para os países participantes, se mostram como um meio de integração e uma ferramenta de desenvolvimento sustentável das chamadas “potências emergentes” de acordo com parâmetros estabelecidos pelo Sul Global. Estes países apresentam características comuns que podem ser relacionadas com países de mesma situação socioeconômica, como o crescimento econômico expressivo, tamanho territorial, grande número populacional e a inexploração do mercado interno. Tais particularidades são relacionáveis também com a não-estabilização do “poder” ocidental econômico.

As iniciativas de institucionalização, no entanto, devem ser realizadas através de mecanismos transparentes de atuação, visto que estas relações podem ser confundidas com manobras políticas e devem permanecer no campo financeiro. Além disso, as contribuições devem ir além das finanças, no fortalecimento das discussões acerca dos países emergentes e seus respectivos papéis no sistema internacional no campo de investimentos e financiamentos, de acordo com as ambições globais de desenvolvimento. As perspectivas de desenvolvimento do NDB, tanto a curto quanto a longo prazo, são dependentes do desempenho individual de cada potência participante e a capacidade econômica de cada um, dentro de suas possibilidades. A longo prazo, o NDB pode se tornar uma moeda de valor único no contexto internacional, de acordo com sua performance e desenvolvimento, feitas algumas comparações até mesmo com o Banco Mundial e as políticas econômicas exercidas atualmente no sistema financeiro global, majoritariamente proveitosas e benéficas para os países do Norte, em contrapartida aos do Sul.

Algumas dúvidas quanto às reais capacidades da instituição se pautam na capacidade de atender demandas globais e o seu comportamento diante organizações como o Fundo Monetário Internacional e o próprio Banco Mundial. A iniciativa do NDB, dotada de características de “instituição complementar”, pode ser entendida também como uma estrutura de desarranjo das

instituições atuais, visto que sua criação e atuação podem pressionar reformas nos arranjos financeiros já existentes, ainda que pequenas, mas significativas. Uma dificuldade relacionada à tais reformas é a dependência do NDB pelo uso do dólar como moeda institucional, visto que envolve cinco países cuja economia não tem o dólar como moeda oficial. Com a diminuição dessa dependência e a utilização de moedas de cada país, os projetos, principalmente à longo prazo e na área de bens-não comercializáveis, apresentariam risco cambial controlado com o uso das moedas locais e/ou até mesmo a possibilidade da abertura e expansão de mercados capitais. Já foram realizadas transações entre o Banco e a China em moeda local, o yuan, visto que o mercado chinês detém maior liquidez e oportunidades de captação de recursos para investimento (*funding*) com moeda nacional.

O auxílio dos BRICS pode auxiliar a China e os demais países componentes a diminuir sua dependência para com os Estados Unidos e fortalecer a colaboração Sul-Sul, além de servir como ferramenta de cooperação para a implementação de esforços multilaterais resolutivos para problemas internacionais que a própria China também enfrenta dentro de suas fronteiras, como o combate ao terrorismo ou mesmo melhorias na área das ciências e educação. A África do Sul, por sua vez, entende o BRICS como um fomentador econômico, já que enfrenta problemas sociais, políticos e financeiros tal como Brasil e Índia. A participação no banco poderia, portanto, servir como uma fonte alternativa de financiamento e fomento a projetos de infraestrutura e desenvolvimento social. O Brasil detém uma postura mais estratégica quanto a sua permanência no grupo. Isso se justifica pelo espaço propiciado pela aliança para que o país se apresente como potência emergente, a maior da América Latina e perante outras potências de mesma classificação, fortalecendo a cooperação Sul-Sul e favorecendo relações diplomáticas. A Rússia, em sua relação com os BRICS, atua em um campo geopolítico, explicado principalmente por sua localização geográfica, bem como a apresentação de ideais nacionais de poder “não-ocidental” e de baluarte contra uma possível “hegemonização ocidental” da Europa. A Índia apresenta interesses econômicos, permanecendo e enxergando a aliança como uma ferramenta para continuar seu processo de impulsionamento econômico e “última saída” no que diz respeito à financiamentos estruturais de desenvolvimento. Além disso, o caráter “informal” da instituição também garante que o país desenvolva sua própria agenda global com custos políticos mínimos na intenção de crescer e se manter como importante *player* global, proposta que se alinha com as intenções do Brasil.

A iniciativa do NDB, bem como a sua institucionalização, apresentam uma ferramenta de expansão da voz dos países participantes, garantindo que se tomem medidas pragmáticas de transformação em ações concretas de fomento ao desenvolvimento de cada um, já que sua consolidação mundial como instituição financeira alternativa aos membros do grupo se deu através de propostas ativas de contraponto às ações de outras instituições de alcance e atuação globais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. O banco permite que cada potência consiga fortalecer sua legitimidade no sistema internacional e a transforme em práticas efetivas de descentralização política e financeira, na constante busca pela multipolarização institucional em um mundo ainda carregado pela “dominação ocidental” e refém da hegemonia estadunidense.

REFERÊNCIAS

- ABDENUR, Adriana Erthal; FOLLY, Maiara. **The New Development Bank and the institutionalization of the BRICS**. R/evolutions: Global Trends & Regional Issues, vol. 3, no 1, 2015, p. 66-92. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/303389389_The_New_Development_Bank_and_the_Institutionalization_of_the_BRICS. Acesso em 11 jan 2019.
- BAUMANN, Renato (org). **O Brasil e os demais BRICS - Comércio e Política**. Brasília, DF: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2010. 180p. ISBN 85-781-1046-3.
- HURRELL, Andrew. **Os BRICS e a Ordem Global**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. 168p. Coleção FGV de bolso. Série Entenda o mundo. ISBN 978-85-225- 0718-4.
- MARTINS, Fernanda de Castro Brandão. **New Institutions on the Block: The BRICS Financial Institutions and the Roles of Brazil and China**. JCIR Special Issue, 2018. p. 36-52. Disponível em <https://journals.aau.dk/index.php/jcir/article/view/2264/1792>. Acesso em 24 jan 2019.
- MOREIRA Jr, Hermes. CARI, Mateus. B.. **De BRIC a BRICS: Os mercados de crescimento e a articulação política por uma nova política internacional**. In: ENEPEX - Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2014, Dourados/MS. Anais ENEPEX, 2014.
- MOREIRA Jr, Hermes; FIGUEIRA, Mauro S.. **O Banco dos BRICS e os cenários de recomposição da ordem internacional**. Boletim Mediano 47, Vol. 15, 2014. p. 54-62.
- MOREIRA Jr, Hermes. **Os BRICS e a recomposição da ordem global: estratégias de inserção**

internacional das potências emergentes. Conjuntura Austral, Vol. 3, 2012. p. 71-89.

NEW DEVELOPMENT BANK. Disponível em: <<https://www.ndb.int/>>. Acesso em: Setembro de 2018.

O'NEILL, Jim. **O Mapa do Crescimento: oportunidades econômicas nos BRICS e além deles.** Tradução:Rafael Longo - São Paulo. Editora Globo, 2012. ISBN: 2978- 85-250-5127-1.

RAMOS, Leonardo ; GARCIA, Ana; PAUTASSO, Diego; RODRIGUES, Fernanda Cristina Ribeiro. **Adensamento institucional e outreach: um breve balanço do BRICS** - Rev. Carta Inter.,Belo Horizonte, v. 13, n. 3, 2018, p. 5-26 - DOI: 10.21530/ci.v13n3.2018.727

RINALDI, Augusto Leal. **The New Development Bank: Challenges and Interests.** Revista de Estudos Internacionais (REI), p. 100-122. ISSN 2236-4811, Vol. 9, 2018. Disponível em <http://www.revistadeestudosinternacionais.com/uepb/index.php/rei/article/view/323/3> 23. Acesso em 23 jan 2019.

SANT'ANNA, Lourival. **Em Xangai, Banco dos Brics revela o tamanho de sua ambição.** Xangai (China). 2 jun 2018. Disponível em <https://exame.abril.com.br/economia/em-xangai-banco-dos-brics-revela-o-tamanho-de-sua-ambicao/>. Acesso em 10 jan 2019.

SCHREIBER, Mariana. **Para onde caminha o banco do BRICS?**. BBC News Brasil. Goa (Índia) e Xangai (China),15 out 2016. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-37665472>. Acesso em 10 jan 2019

SHELEPOV, Andrey. **Infrastructure financing: the New Development Bank (NDB) and Asian Infrastructure Bank (AIIB).** 2017. Disponível em https://www.ranepa.ru/images/media/articles/APNB_eng_2.pdf. Acesso em 20 jan 2019.

STUENKEL, Oliver. **BRICS and The Future of Global Order.** New York: Lexington Books, 2015.

WANG, Hongying, **New Multilateral Development Banks: Opportunities and challenges for global governance.** Council on Foreign Relations, Nova York. Set 2016. 16p. Disponível em <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/1758-5899.12396>. Acesso em 22 jan 2019.